

Desenvolvimento

Estudo indica que obra pode equilibrar mercado de trabalho, hoje concentrado na capital

Arco metropolitano

deve redefinir mapa do emprego no Rio

Francisco Góes
Do Rio

O Rio voltará a ter uma ferramenta para planejar políticas públicas focadas na região metropolitana. O objetivo é equilibrar mais a relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho na região. Cerca de 75% dos empregos criados na metrópole estão concentrados no município do Rio, o que sobrecarrega o sistema de transporte. A situação permanece praticamente inalterada há 30 anos.

No dia 18, o governador Sérgio Cabral (PMDB) vai lançar, na Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan), estudo encomendado pelo Estado, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que mostra quais são as oportunidades e os desafios para a região metropolitana em um horizonte de dez anos.

O trabalho a ser apresentado por Cabral é o Plano Diretor do Entorno do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro. O arco é um eixo viário com 145 quilômetros de extensão, que está em construção e envolve investimento de cerca de R\$ 1,6 bilhão, entre União e governo estadual.

A previsão é que a obra fique pronta no segundo semestre de 2012. A proposta do arco é melhorar o tráfego de passageiros e de cargas nos acessos ao Rio e na periferia da capital. O trecho de estrada nova do arco, com 70,9 quilômetros de extensão, corta cinco municípios: Duque

de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí. Mas a área de influência do arco é bem maior: 21 municípios, onde moram quase 10 milhões de pessoas.

O cálculo populacional leva em conta só uma parte da cidade do Rio, uma vez que a região central do município não está na área de influência do arco. Também foram considerados na contagem os municípios do entorno da capital, além de dois que não integram a região metropolitana — Mangaratiba e Cachoeiras de Macacu —, mas que se encontram na periferia do arco. A região metropolitana do Rio tinha, em 2010, 11,8 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O plano diretor apontou potencial de geração de 825 mil empregos formais nos próximos dez anos no entorno do arco. As vagas serão criadas na indústria, no comércio e nos serviços. Vicente Loureiro, secretário de urbanismo da Secretaria de Obras do Estado, diz que a criação de empregos formais pode mudar a relação existente entre a capital e periferia ao criar caminhos novos entre o local de moradia e o trabalho.

Estudo do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), apontou que entre as dez maiores regiões metropolitanas do país, a do Rio é a que apresenta maior proporção de pessoas (25% em 2008) que levam mais de uma

hora para se deslocar de casa até o trabalho e vice-versa. "Em alguns anos, o arco pode mudar o mapa da mobilidade na região metropolitana", prevê Loureiro. Ele diz que o trabalho de planejamento estratégico da região metropolitana foi abandonado, no início da década de 90, com a extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana (Fundrem).

O plano diretor do arco contou com a doação de US\$ 1 milhão feita pelo BID. O trabalho definiu três eixos estratégicos — ambiental, urbano e econômico —, a partir dos quais poderão ser definidas diretrizes em termos de políticas públicas, considerando incentivos fiscais e temas ligados à infraestrutura, o que inclui a necessidade de investir pesado em abastecimento de água e saneamento básico.

Outro desafio será definir estratégias para setores que vão fazer crescer o emprego na região metropolitana nos próximos anos. Estão listadas as cadeias produtivas dos setores naval, petroquímico, petroquímica, química (cosméticos), siderurgia, logística, alimentos e bebidas, vestuário e acessórios, moveleiro, turismo, construção civil e transporte.

Na questão ambiental, considera-se que a ocupação na região metropolitana tem de ser melhor planejada para evitar, por exemplo, impactos em áreas de preservação permanente, como é o caso de Guapimirim, que pode sofrer os efeitos da implan-

tação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), projeto em construção pela Petróbras em Itaboraí. O Comperj será um dos principais vetores estruturantes na parte leste do arco. Em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, os setores de comércio e serviços continuarão a ter um papel econômico importante. Assim como em Itaguaí, tendem a surgir oportunidades na área de serviços naval e offshore, atividades ligadas à indústria de petróleo.

No aspecto urbanístico, busca-se garantir uma melhor ocupação do solo. Uma das projeções do estudo é que a população na área de influência do arco, de mais de 9,5 milhões de habitantes em 2010, vai crescer quase 1 milhão em dez anos, chegando a 10,5 milhões de pessoas. Esse

crescimento vai exigir a construção de 588 mil novas habitações, necessárias não só para atender ao crescimento da população, mas também para suprir parte do atual déficit habitacional.

Loureiro acredita que a metrópole poderá ter menos favelas no futuro. A lógica, segundo ele, é que os novos projetos que estão surgindo no entorno do arco, incluindo grandes obras industriais, vão criar oportunidades de trabalho, que podem permitir que um morador de favela se mude para uma casa melhor em outro local da região metropolitana e em área mais próxima do local de trabalho.

Loureiro diz que o plano diretor não tem força de lei, mas surge como diretriz para o Estado e para os municípios do entorno do arco. A partir do estudo, podem ser definidas ações em áreas

como transporte, ocupação do solo, tratamento de água e esgoto com o objetivo de "remodelar" a região metropolitana. Segundo ele, um dos desafios será criar organismo de gestão metropolitana para responder pela criação e gestão de projetos de desenvolvimento regional integrado. Na academia, entretanto, o surgimento dessa entidade é vista com expectativa, mas ao mesmo tempo com reservas.

O plano diretor do arco mostra que, à medida que as cidades se expandem para a periferia, se reduz a densidade ocupacional do solo. No caso da região do arco, essa redução foi de cerca de 17% entre 2001 e 2010. Assim, na melhor das hipóteses, diz o estudo, o total da área de vazios disponíveis para receber usos urbanos na região do arco se esgotaria em 13 anos.

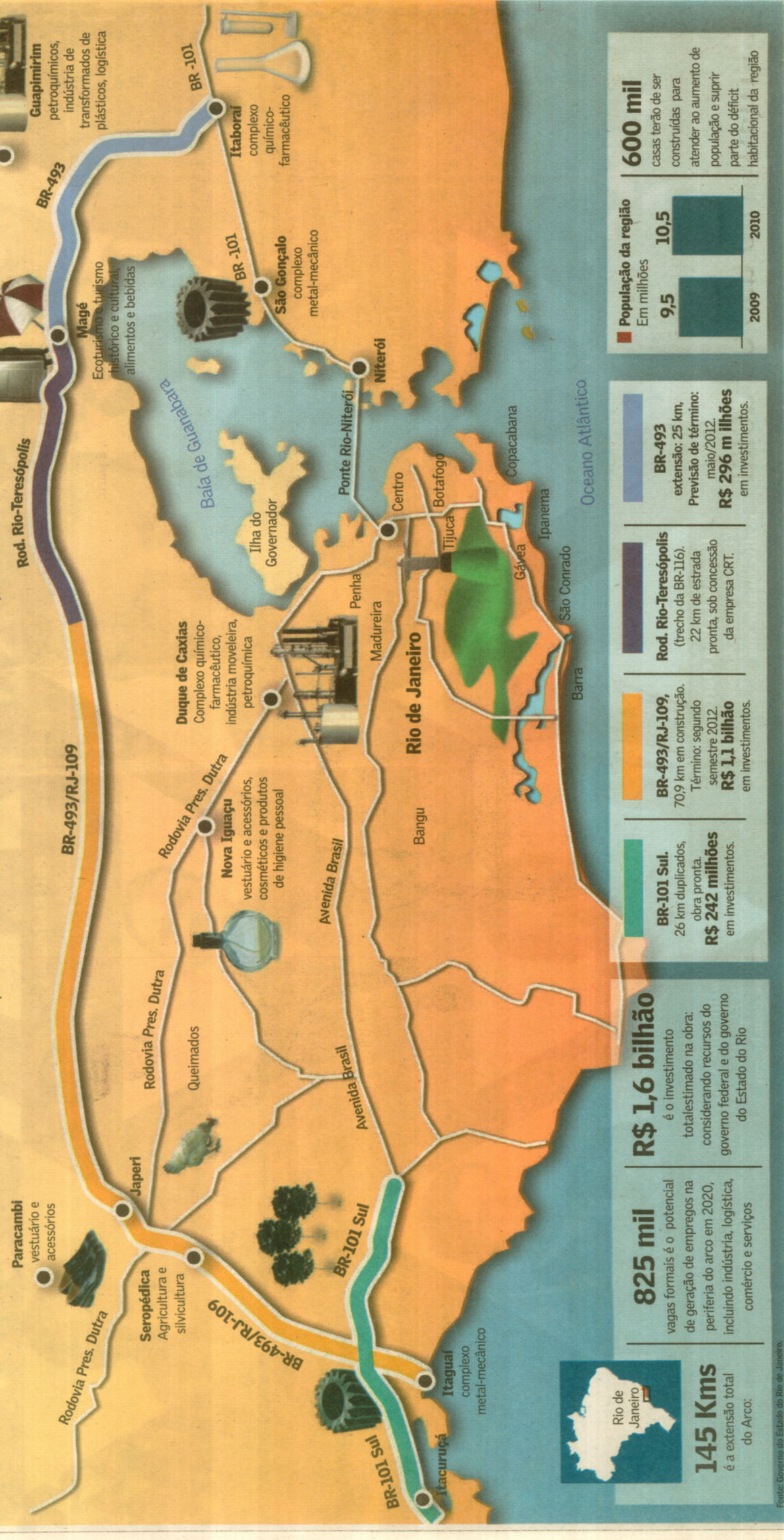
Vicente Loureiro: "Em alguns anos, o arco pode mudar o mapa da mobilidade na região metropolitana do Rio de Janeiro"



LEO PINHEIRO/VALOR

Crescimento acelerado

Os desafios e as oportunidades na área de influência do Arco Metropolitano



Professor critica pouca participação da sociedade na gestão

Do Rio

A gestão metropolitana tem de ser fortalecida no Rio, mas é preciso produzir políticas públicas que incluam os agentes sociais, econômicos e políticos que atuam na metrópole. A opinião é do sociólogo Orlando Alves dos Santos Junior, da coordenação do Observatório das Metrópoles e professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Santos faz uma avaliação crítica da proposta contida no Plano Diretor do Entorno do Arco Metropolitano do Rio de se criar um organismo para responder pela gestão de projetos de desenvolvimento regional integrado. "O problema principal é que uma estrutura de gestão como essa não dá o peso devido à participação da sociedade e fica excessivamente dependente do jogo de poder e dos interesses partidários nos diversos territórios [da região metropolitana]

na]", afirma Santos.

Outro dos desafios, segundo ele, é envolver, de forma voluntária, União, Estado e municípios nesse organismo de gestão. Um dos aspectos é construir uma entidade em que todos concordem com a estrutura a ser criada e na qual os municípios tendem a ter pesos diferentes. Ele classificou como "inovadora" a experiência desenvolvida na região metropolitana de Belo Horizonte, onde existe uma estrutura de gestão com participação

ção diferenciada entre os municípios. Mesmo assim, Santos disse que a participação da sociedade na experiência ainda é incipiente.

Santos acrescentou que, no Rio, existe o risco de se criar uma estrutura que vai coexistir com outra instância de discussão, que é o conselho estadual da cidade do Rio. Vicente Loureiro, subsecretário de urbanismo da Secretaria de Obras do Estado, disse que o conselho é válido para todo o Estado. "Uma coisa não impede a outra."

Loureiro disse que o organismo de gestão deve ser constituído institucionalmente pelo governo em suas diferentes esferas, mas poderá ter espaço de consulta aberto para a sociedade civil. "Precisamos de uma instituição diferente daquelas que foram criadas nos anos de 1960 e 1970."

Santos, da UFRJ, elogiou a tentativa de descentralização do emprego, com foco na região metropolitana, mas criticou o fato de o Estado não investir mais

em casas populares em áreas centrais do município do Rio. Essa realidade mantém, segundo ele, a segregação da metrópole uma vez que muitos trabalhadores de menor renda terão que continuar a se deslocar até a capital para prestar serviços de baixa e média qualificação.

Loureiro, da Secretaria de Obras, rebate. "O Rio é uma das cidades com o maior programa de construção de casas populares dentro da Minha Casa, Minha Vida." (FG)